
PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA
(RECIFE)**

<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia>

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

**MOREIRA, RUI. A FORMAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA:
CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA AOS FUNDAMENTOS
ESPACIAIS DA GEOGRAFIA DO BRASIL. RIO DE JANEIRO:
CONSEQUÊNCIA, 2014. 320P.**

Francisco das Chagas do Nascimento Jr.¹

*1. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto Multidisciplinar.
Departamento de Geografia. Nova Iguaçu, RJ, Brasil. E-mail: fnascimentojr@uol.com.br*

Resenha recebida em 13/06/2016 e aceito em 18/07/2016

Desvelar a construção do Brasil é tarefa que há muito tempo vem ocupando a atenção de cientistas sociais e tantos outros sujeitos interessados em compreender os processos que levaram o Brasil e os brasileiros a se constituírem como um povo e um país únicos, distintos de tantos quantos existam. No transcurso de tal empresa intelectual importantes reflexões acerca do sentido da formação do Brasil e da sua inserção no mundo moderno já foram produzidas, muitas das quais configurando-se em teorias bastante ricas por permitirem interpretações coesas e frutíferas sobre aspectos relevantes da nossa sociedade, tais como: a gestação étnica do povo brasileiro, a formação do Estado e as relações sociais de classe, a constituição do sistema econômico nacional e a produção da identidade cultural brasileira. Entretanto, neste esforço intelectual conduzido através de diferentes disciplinas visando tornar o Brasil e os brasileiros inteligíveis, a elucidação da dinâmica de produção do território nacional - vista como uma dimensão representativa da constituição da formação social brasileira - foi frequentemente relegada a um segundo plano, configurando-se em objeto de atenção menor por parte do pensamento crítico nacional.

Diante de tal situação, ainda que profícuas, aquelas propostas interpretativas tendem então a se demonstrar insuficientes frente ao desafio que é a produção de uma teoria maior explicativa do Brasil. Na medida em que as relações sociais e os processos econômicos “não se dão num vácuo”, faz-se necessário também levar em consideração “a materialidade e os dinamismos do território”, isto é, o papel ativo exercido pelo território no processo de constituição da formação social brasileira (SANTOS; SILVEIRA, 2001)¹. Como já afirmaram alguns geógrafos, a análise da dinâmica de produção do espaço nacional é essencial, pois aponta para uma instância altamente reveladora dos processos que levaram à construção do país.

Para Bertha Becker e Claudio Egler (2010), por exemplo, a produção do território brasileiro sempre foi colocada à frente da construção da Nação, o que demonstraria a própria “marca autoritária da via brasileira para a modernidade”. Nas palavras destes autores, ao longo da nossa história, “a política do território precedeu o território da política na origem do Estado

¹ Santos, M.; Silveira, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

brasileiro”². Conforme salientou Antônio Carlos Robert de Moraes (2002), as políticas oficiais voltados à “construção do país” frequentemente se reduziram às estratégias e discursos dirigidos essencialmente a ocupação de “espaços vazios”, a integração nacional e a modernização das infraestruturas do território³. Assim, de acordo com este autor, a produção de “ideologias geográficas” sempre desempenhou papel importante no processo de formação do Brasil, ocultando as contradições e os interesses de classe presentes nos projetos de “desenvolvimento” implantados no país.

Por sua vez, para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), apreender a constituição do território através da transformação de suas bases técnicas e dos sucessivos processos de valorização e desvalorização das suas partes (regiões, lugares), nos permite, a cada momento, elucidar como o território é usado: ou melhor, nas palavras daqueles autores, “como, onde, por quem, por quê, para quê”. Tal proposta interpretativa, nos oferece assim um caminho prodigioso para desvendar o “enigma” da formação brasileira, ao passo que também reafirma a condição do território enquanto instância social e como “fala privilegiada da nação”.

Portanto, é diante da riqueza das discussões oferecidas pelo tema em foco que o livro “A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil” (2014), de autoria de Rui Moreira, se apresenta como uma importante proposta de entendimento das relações entre sociedade e espaço no Brasil. Através do estudo dessa obra somos levados a entender que as distintas configurações geográficas assumidas pelo espaço brasileiro, ao longo de sua história, trariam sempre consigo os traços da estrutura das relações de classe impressas na sociedade brasileira, bem como as marcas indeléveis dos diferentes regimes de acumulação e das formas particulares de participação do Brasil em cada fase de desenvolvimento do capitalismo mundial. Assim, na perspectiva do autor, a formação social brasileira poderia ser vista como “parte ao mesmo tempo indissociável e autônoma do modelo histórico mundial”, ora confundindo-se com ele e “ora dele se diferenciando” (p. 311).

Uma proposta de leitura.

O livro “A formação espacial brasileira”, apresenta uma coleção de quatorze artigos escritos e publicados ao longo de 35 anos (entre 1978 e 2013) de trabalho acadêmico empreendido por Rui Moreira⁴. No transcurso das mais de 300 páginas que compõe a densa obra, o geógrafo fluminense perpassa por assuntos diversos que vão: do sistema plantacionista (*plantation*) à relação campo-cidade, da questão agrária à nova divisão territorial do trabalho, do processo de industrialização à produção de uma geografia operária, da problemática urbana aos arranjos geográficos correspondentes aos regimes de acumulação, tendo, entretanto, como preocupação constante refletir sobre aspectos que considera fundamentais para explicar a “formação e a organização geográfica da sociedade brasileira”.

Em virtude da amplitude dos temas que aborda e da própria característica dos textos que compõem o livro (artigos publicados em revistas, congressos e encontros acadêmicos ocorridos em diferentes momentos nas últimas três décadas e meia) o autor admite certa independência de alguns escritos em relação a outros, deixando assim a experiência de desbravamento da obra a critério do próprio leitor. Da nossa parte, preocupados que estivemos desde o primeiro instante em compreender a proposta de interpretação do processo de formação do território brasileiro oferecida pelo autor, optamos por fazer uma leitura integral da obra, buscando ao mesmo tempo

² Becker, B.; Egler, C. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

³ Moraes, A. C. R. Território e história no Brasil. São Paulo: Hicitec, 2002.

⁴ Cada um dos textos que compõem a obra, assim com sua respectiva paginação no livro, encontrar-se-ão discriminados a partir da próxima nota de rodapé. Também, para que o leitor possa tomar conhecimento, optamos por indicar, entre parênteses, o ano da publicação original de cada texto.

estabelecer uma interlocução entre os artigos e, quando possível, reconhecer os debates estabelecidos por Moreira com outras perspectivas que abordam a problemática da formação socioespacial do Brasil.

Assim, em busca de extrair a unidade teórica e discursiva da obra, além de tentar apreender e clarificar os fundamentos do pensamento do autor, a periodização do processo de formação espacial brasileira proposta por Moreira foi tomada como eixo norteador da construção da resenha exposta a seguir, bem como de ponto de partida para o estabelecimento das interlocuções entre os vários artigos apresentados na obra.

Formação espacial brasileira: Períodos, pressupostos teóricos e diálogos.

Tendo como fio condutor a preocupação de examinar as diferentes “formas de relação sociedade-espço” ao longo do tempo no Brasil, Moreira propõe uma periodização do processo de formação espacial brasileira através da definição de cinco fases⁵. A primeira corresponderia aos três primeiros séculos do processo colonizador, e seria caracterizada pela atuação da catequese jesuítica, o bandeirantismo e a expansão do gado atuando como verdadeiros “vetores fundacionais” do território, isto é, como forças responsáveis por “litoralizar” e “interiorizar” a ocupação do espaço brasileiro, definindo aldeamentos, núcleos de ocupação, além de feixes e linhas (ainda que incipientes) de articulação territorial. As incursões bandeirantes pelo território, as trilhas e manchas de ocupação fundadas pela atividade pastoril e o processo de (re)aldeamento e aculturação indígena realizados pelos jesuítas durante o processo de consolidação do domínio da Coroa sobre o espaço colonial, além do papel que cumpriram na formação da sociedade brasileira (levando a escravização dos nativos, o surgimento da “civilização do couro” e a miscigenação do povo, por exemplo), foram também, segundo o autor, responsáveis pela constituição do que denominou de “essencial da matriz da formação espacial” brasileira, fazendo ainda avançar aos “confins da *hinterlândia*” os limites formais do território colonial.

De acordo com Moreira, a segunda fase do processo de formação do espaço brasileiro teria sido marcado pelos “ciclos de assentamento”. Estes estariam diretamente relacionados à sucessão, e às vezes à coexistência, dos “ciclos econômicos” no território brasileiro, a começar efetivamente pelo empreendimento açucareiro na Zona da Mata nordestina; estendendo-se pelos “ciclos do gado” que abrangeram sobretudo os domínios da caatinga, dos pampas sulinos e do planalto central brasileiro; além da atividade mineradora, responsável por impulsionar uma ocupação e urbanização interior do espaço brasileiro; sem nos esquecermos da produção das drogas do sertão e da extração da borracha no Vale Amazônico, assim como do papel motor desempenhado pelo ciclo do café junto a região Sudeste. Em conjunto, todas essas atividades foram responsáveis por adensar a ocupação demográfica, atribuir funções produtivas a diferentes compartimentos do espaço brasileiro e impulsionar a constituição de economias regionais, produzindo, concomitantemente, um padrão de “ocupação econômico-demográfica” do território denominado frequentemente de “espaço-arquipélago” por inúmeros pesquisadores que buscaram caracterizar a forma básica de organização assumida pelo espaço e pela economia brasileira ao longo, sobretudo, do século XIX.

Todavia, ao realizarmos uma leitura integral da obra de Moreira, leitura onde se buscou estabelecer um diálogo entre os textos e reconhecer a linha de pensamento do autor, nota-se a partir da proposição teórica apresentado pelo mesmo que os dois primeiros momentos da formação espacial brasileira correspondem, em linhas gerais, à constituição do que o mesmo denominou de período da formação do “espaço molecular”. Este se caracterizaria como um arranjo geográfico “fragilmente integrado”, marcado pela constituição de macroformas

⁵ “As fases e vetores da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos” p. 11-27 (2005).

espaciais nucleares correspondentes à constituição da sociedade colonial e representativas da forma como se operou, num primeiro instante, o processo de acumulação primitiva no Brasil⁶.

O espaço molecular seria marcado, segundo o autor, pelas presenças inicialmente dos espaços plantacionista, pastoril, policultor, minerador, extrativista e urbano, além, posteriormente, da conformação dos espaços seringueiro, cafeeiro e colonial-imigrante, cada qual definido pelas relações sociais de produção próprias que lhes atribuíam organização e coesão interna⁷, assim como pela realização de processos de acumulação que se operavam tanto no plano interno (referente ao domínio social e exploração do trabalho praticados pelas elites econômicas regionais) quanto no plano externo (relacionada ao modo subordinado como os macroespaços se inseriam no mercado interno ou internacional). A vigência destas macroformas; as relações sociais de produção que lhes fundavam e a estrutura de classes e de poder específica que cada qual ensejava⁸ - marcados inicialmente pela constituição de uma sociedade escravista e de maneira geral pela hegemonia duradoura de uma oligarquia agrária - constituiu o arranjo social e geográfico que caracterizou durante longo período o espaço brasileiro (durante todo o período colonial e, após a independência, o período Imperial), sendo tal arranjo redefinido ao passo em que se realizaram o avanço das forças produtivas e se estabeleceu uma recomposição (e rearticulação) dos espaços regionais, processos estes desencadeados sobretudo no século XX, conforme se operou o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no Brasil⁹.

A título de debate, vale também destacar a crítica realizada por Moreira em sua obra à noção de “espaço-arquipélago”, perspectiva amplamente utilizada por diversos intérpretes do Brasil que buscaram se referir à forma espacial básica assumida pelo território brasileiro em meados do século XIX¹⁰. Diferentemente daquela visão tradicional que tende a obscurecer a existência de articulações internas entre as regiões - ressaltando apenas o relativo isolamento interno entre elas e as relações diretas mantidas pelas mesmas com o exterior - Rui aponta duas dimensões como sendo privilegiadas para que seja observada a vigência de uma situação territorial distinta daquela comumente descrita. A primeira a ser mencionada corresponderia às relações de trocas, isto é, a circulação de homens e de mercadorias entre os macroespaços do sistema econômico colonial; relações estas dadas em graus e direções variadas (como no caso daquelas que frequentemente se operavam entre os espaços policultor e pastoral abastecendo os espaços plantacionista, minerador e urbano), e que ficariam evidentes também em períodos de crise da economia colonial (como, por exemplo, na fase de declínio da economia açucareira e a ascensão da atividade mineradora), quando em função do ímpeto pela continuidade do processo de acumulação, senhores de escravos, proprietários de terras e o capital mercantil (re)valorizariam outros espaços produtivos internos, promovendo a redistribuição territorial das forças produtivas (incluindo-se aí mão de obra), revelando assim a presença de articulações e interações entre os diferentes subespaços do território brasileiro.

Moreira enfatiza também uma outra dimensão que igualmente negaria a vigência de um “espaço-arquipélago” e afirmaria a existência de um “espaço total, globalmente articulado”. Esta outra dimensão se assenta na observação da estrutura política e institucional tomada como variável-chave para compreensão da estrutura geral de organização do espaço brasileiro. Segundo Moreira, a “trama” política-institucional instituída e mediada pela aparelhagem Estatal no século XIX assegurava a unidade do espaço brasileiro visto que possibilitava a mobilização

⁶ “A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil”, p. 99-133 (1988); “Do espaço da mais valia absoluta ao espaço da mais valia relativa: os ordenamentos da geografia operária no Brasil”, p. 157-174 (2011).

⁷ “*Plantation* e formação espacial: as raízes do Estado nação no Brasil”, p. 61-97 (1981).

⁸ “Espaço agrário e classes sociais rurais na sociedade brasileira”, p. 43-59 (1980).

⁹ “A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil”, p. 99-133 (1988).

¹⁰ “*Plantation* e formação espacial: as raízes do Estado nação no Brasil”, p. 61-97 (1981).

dos instrumentos de regulação jurídico-política do poder central sempre no sentido de viabilizar o sucesso da produção plantacionista-exportadora. Exemplo claro desta coesão política do território seria, por exemplo, o esforço por parte da Coroa por preservar o monopólio da terra, além de dar sobrevida ao próprio sistema escravocrata no Brasil. Assim, a estrutura e os interesses da classe dominante (incluindo aí fazendeiros, senhores de escravos, capital mercantil) e a convergência com os propósitos da Coroa são observados pelo autor como elementos fundamentais para se capturar os mecanismos “invisíveis” de articulação do espaço nacional - particularmente as articulações entre o poder central e as classes dominantes regionais - bem como apreender a concretude do “espaço total brasileiro”, superando de tal forma a abordagem econômico-demográfica de cunho empiricista que, segundo o autor, tanto caracterizaria a tradicional visão de “espaço-arquipélago”.

A terceira fase da formação espacial brasileira se iniciaria, conforme Moreira, já por volta de meados do século XX e seria marcada pela implantação do arranjo capitalista, na qual a “urbano-industrialização” passou a constituir o motor das transformações do sistema econômico e do espaço da sociedade brasileira. Apoiado em Maria da Conceição Tavares, Moreira ressalta que se passa neste momento, no Brasil, de um modelo de economia voltado “para fora”, definido pela lógica dos ciclos econômicos agroexportadores, para uma economia voltada “para dentro” e impulsionada pela indústria, que substituindo o antigo sistema plantacionista, se consolida agora como o motor da acumulação capitalista no Brasil. Assim, estabelece-se, via instalação de um novo sistema nacional de circulação e da constituição de uma divisão territorial nacional do trabalho e das trocas, uma articulação e interdependência estrutural entre as regiões de modo a modificar, substancialmente, o padrão no qual estivera assentada a economia política do território brasileiro até então.

Como destaca Moreira em diversos momentos ao longo de sua obra (apoiando-se em Francisco de Oliveira), o Brasil passou de uma situação territorial onde prevalecia um conjunto de “economias regionais nacionalmente organizadas”, para uma situação onde passa a prevalecer uma “economia nacional, regionalmente organizada”, à medida que, por sua vez, deslocou-se do campo para a cidade, da atividade agrária e indústrias regionais para a grande indústria multinacional/nacional, assim como do “todo das múltiplas regiões para o Sudeste”, o comando, a regulação e o ordenamento do espaço nacional¹¹. Concomitantemente a este processo, a assimetria das relações espaciais que subjaz a divisão territorial do trabalho nacional produzida pelo modelo de desenvolvimento industrial implantado no Brasil, institui também um desenvolvimento geográfico desigual e combinado entre as regiões do país, fundada numa hierarquização e polarização econômica e industrial que favorece claramente o Sudeste, em especial, São Paulo. Nas palavras de Moreira “(...) a consolidação do comando da indústria sobre a agricultura e assim da cidade sobre o campo e do Sudeste sobre as outras regiões marca a integração industrial-mercantil do espaço nacional polarizado (...)” (p. 17).

A quarta fase do processo de formação espacial brasileira se consolidaria entre os anos 1970 e 1980 e se caracterizaria por um movimento de “reestruturação e reordenamento do espaço nacional” marcado, entre outros: pela desconcentração industrial (fenômeno antes fortemente presente nos “espaços centro-sulinos”); a expansão da agricultura moderna associada à consolidação de uma modernização conservadora no campo; e a consecução de um processo de urbanização difusa, na qual as cidades médias e pequenas do interior do país passam a desempenhar novos papéis e deter maior destaque na rede urbana nacional. Para Moreira, este processo de “rearrumação do espaço” se explicaria como uma resposta e uma estratégia das forças dominantes (incluído aí a classe empresarial nacional e o próprio Estado) de minorar as

¹¹ “As fases e vetores da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos” p. 11-27 (2005); “A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de reconfiguração do espaço brasileiro”, p. 249-279 (2004); “Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação espacial brasileira”, p. 297-319” (2002).

tensões e os conflitos erigidos no pólo econômico do país, tensões estas que, dentre outras razões, estavam associados à pressão da classe trabalhadora urbana organizada no Sudeste por melhores salários, empregos e moradia. Ademais, acrescenta-se a esta situação territorial os “conflitos inter-regionais” expressos através da subordinação das atividades das demais regiões brasileiras à “economia do Sudeste”, com a “transferência de meios de uma região para outra”, além das “disparidades do desenvolvimento regional”, que reclamou ações de planejamento e reorganização produtiva do território conduzidas pelo Estado brasileiro.

Os principais vetores desta fase da formação do espaço brasileiro foram, segundo o autor: a) o avanço da moderna agricultura em direção ao planalto central, tendo como “carro chefe” a sojicultura, atividade que impulsionou a mecanização do campo e consolidou o complexo agroindustrial na região dos cerrados (tudo contando com generosos apoios do Governo Federal, através do crédito, apoio científico e assistência técnica.); b) a política de desconcentração industrial fomentada pelo Estado através da criação de grandes pólos industriais e da oferta de diversos incentivos fiscais orientados à fixação da indústria de bens intermediários e bens de consumo, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste. Desse modo, tendo como suporte a consolidação de uma infraestrutura de transporte, comunicação, geração e distribuição de energia necessária à integração nacional, a reorganização produtiva do território observada através dos fenômenos da desconcentração industrial e da expansão da agricultura moderna levou também a redistribuição da população pelo território, dando forte impulso a urbanização, com o adensamento da rede urbana nacional e a multiplicação, especialmente, das cidades pequenas e médias no interior do país.

Considerando o conjunto dos textos e as formulações teóricas propostas por Moreira, essas duas últimas fases da formação espacial brasileira demarcariam o início da constituição do que o autor denomina de “espaço monopolista” - arranjo geográfico representativo propriamente do desenvolvimento da fase avançada do capitalismo no Brasil¹². O espaço monopolista seria, em síntese, caracterizado pela articulação total do espaço nacional e pela interdependência crescente entre os diferentes setores da economia, movimento este intensificado na década de 1950 com a implantação do “projeto nacional-desenvolvimentista”, e cujo comando foi protagonizado pelo Estado brasileiro, o qual promoveu políticas de planejamento que favoreceram a ampliação das ações do grande capital no Brasil. Assim, passaram assumir papel central nesta nova fase de organização do espaço brasileiro as ações empreendidas pelas grandes corporações industriais (trans/nacionais), tendo estas - por intermédio das políticas oficiais de integração, modernização e industrialização do país - conquistado notável capacidade de regulação da sociedade, da economia e do espaço nacional. Todavia, é válido destacar que considerado o atual “modelo rentista de acumulação”¹³ que predomina mundialmente, e o papel ordenador do espaço global desempenhado pelas redes, a “regulação monopolista” do espaço brasileiro vem hoje sendo praticada, destacadamente, pelo grande capital financeiro, o qual subordina a indústria, os serviços e a própria agricultura, assim como o campo e a cidade, em favor de uma lógica de acumulação rentista que se impõe ao conjunto das atividades produtivas e ao espaço nacional como um todo.

Desse modo, vê-se que para Moreira, cada arranjo geográfico assumido pelo território brasileiro ao longo do seu processo de formação - inicialmente a constituição do “espaço molecular”, e contemporaneamente a conformação do “espaço monopolista” - correspondem às diferentes fases de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Da mesma maneira, para o autor, cada um desses arranjos geográficos seriam também representativos de formas específicas de realização do valor e da acumulação capitalista; sendo o “espaço molecular” a forma espacial representativa da fase da realização da mais-valia absoluta, e o

¹² “A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil”, p. 99-133 (1988).

¹³ “Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação espacial brasileira”, p. 297-319” (2002).

“espaço monopolista” o arranjo geográfico representativo da forma de realização da mais-valia relativa¹⁴. Dessa forma, Moreira estabelece uma relação direta entre dinâmica de produção/organização do espaço geográfico e a teoria da forma-valor.

A atual fase de formação espacial do Brasil é definida, segundo Rui, pela consecução de uma verdadeira “regulação privada” do território na qual a privatização de empresas e infraestruturas públicas, assim como a própria gestão do espaço nacional, então prerrogativa maior do Estado, é agora destinada à iniciativa privada e subordinada aos interesses econômicos das empresas. Assim, tendo como epicentro a propagação de políticas neoliberais nos anos 1990 e a criação das Agências de Regulação no Brasil - propugnadas como uma estratégia de compartilhamento da gestão pública entre a sociedade civil e o Estado - é ampliado o poder de mando das empresas privadas, as quais “fatiam o controle, a administração e a definição da estratégia de regulação da formação social brasileira através da gestão do seu espaço” (p. 22). Nesta nova etapa de “gestão público-privada do território”, ao Estado cabe às funções de assegurar a legitimidade formal das ações, “levantar os recursos financeiros e garantir a segurança pública”, enquanto à empresa privada “executar e usufruir da maior margem de lucro possível”, produzindo assim um “arremedo de gestão pública no país” (p. 23).

Associado a este processo, e sendo marca indelével da atual dinâmica de formação do espaço brasileiro, está o fenômeno geográfico das redes e a função motora da acumulação capitalista desempenhada agora pelo sistema financeiro. De acordo com Moreira, o espaço contemporâneo é marcado por sua maior complexidade, a qual se evidencia através das atuais articulações produzidas entre o campo e a cidade, bem como a indústria, a agricultura, os serviços e as finanças, constituindo, de tal modo, “uma mesma estrutura empresarial e espacial em rede”, sob a influência do sistema financeiro e o comando do capital rentista. De acordo com o autor, no caso brasileiro “o modelo de acumulação industrial é substituído pelo modelo de acumulação agroindustrial-rentista”. E, por sua vez, conclui afirmando que “o modelo rentista globaliza o mercado, internacionaliza o espaço, relativiza o papel do Estado e transforma a bolsa e o crédito nos veículos de mobilização do Estado e da economia no Brasil e no mundo” (p. 302).

Considerando todo o processo histórico de formação do espaço brasileiro, Rui Moreira, num esforço de síntese, busca também capturar as dinâmicas e os movimentos que redesenharam a feição do país. Atualizando formulações elaboradas por Leo Waibel e buscando reconstituir os contextos e os movimentos de reorganização do espaço brasileiro, Rui identifica a sucessão de verdadeiras “inflexões” espaciais e deslocamentos dos “centros de gravidade” do espaço brasileiro ao longo da história, apreendendo (e representando) as mudanças gerais pelas quais passou o espaço nacional¹⁵. A partir desta perspectiva o autor reconhece então inicialmente a ocorrência de uma “inflexão norte-sul” representada pela transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Todavia, o deslocamento definitivo do “centro gravitacional” do espaço brasileiro do Nordeste para o Sudeste irá se consolidar apenas entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX, em função do papel econômico dinamizador desempenhado pela cafeicultura e pelo impulso ao desenvolvimento regional ocasionado posteriormente pela polarização da atividade industrial na região Sudeste. No transcurso deste processo, segundo Moreira, “interligando os extremos do Nordeste e do Sudeste, a Rio-Bahia organiza e canaliza seus produtos (...), mantendo, (...) formalmente ainda a ocupação essencialmente litorânea da formação inicial do espaço brasileiro, mas já orientando os fluxos de migração de força de trabalho que aos poucos abandona os centros agrícolas e pastoris do

¹⁴ “Do espaço da mais valia absoluta ao espaço da mais valia relativa: os ordenamentos da geografia operária no Brasil”, p. 157-174 (2011).

¹⁵ “O espaço-total brasileiro”, p. 281-288 (2012).

Nordeste para emprego nos centros industriais e urbanos em desenvolvimento acelerado nos estados do Sudeste” (p. 283).

Por sua vez, a “inflexão leste-oeste” terá como marco, segundo Moreira, “a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília nos anos 1960” (p. 282). Entretanto, esta inflexão espacial já se iniciara décadas antes, com a chamada “marcha para o oeste”, proclamada por Getúlio Vargas. Por outro lado, a ocupação do planalto central brasileiro ocorrerá de forma efetiva apenas mais tarde, sobretudo a partir dos anos 1960, quando “a saturação do sudeste industrial (...) desloca para o centro do país também a indústria e a população urbana (...)” (p. 284), sendo que a expansão da fronteira agropecuária, a desconcentração industrial e a implantação da malha rodoviária serão os elementos responsáveis pela integração e ocupação do “miolo territorial”. Por fim, representando a completa “rearrumação da matriz espacial” original do Brasil; superando a dualidade litoral-sertão e dissolvendo definitivamente os quadros de ocupação econômica herdado do período colonial - muito influenciados pelos quadros dos domínios geobotânicos conforme assinalado pelo autor - Moreira fala da ocorrência, a partir dos anos 1970, de uma verdadeira “inflexão global” do espaço brasileiro. Este movimento, segundo Rui, se daria através da “fusão” estabelecida entre agricultura e indústria proporcionando a formação dos complexos agroindustriais, sendo tal movimento endossado pela capilaridade territorial e pela função articuladora desempenhada pelo sistema bancário. De acordo com Moreira “a agroindústria volta a ser, assim, o grande eixo reitor da economia. Mas se a fusão da grande propriedade e da grande indústria é a base de referência, é a rede urbana montada pela onipresença do banco (...) o cerne do sistema, o dado espacial do ordenamento” (287). Para o autor as inflexões, vista desde hoje, trariam sempre como significado “o surgimento de um novo regime de acumulação”.

Na sua contribuição crítica ao entendimento do processo de formação espacial do Brasil, e em sua empreitada por construir um edifício teórico que respondesse a este desafio, Moreira, por vezes, atribui sentido específico ao conceito de espaço e dá substância a idéia de “contraespaço”, noção a qual ele mobiliza como recurso para apreender as tensões e as contradições presentes no processo histórico de produção do território brasileiro. Como alerta o autor, a formação do espaço brasileiro não se deu sem a produção de conflitos, podendo estes serem apreendidos através dos movimentos e revoltas cujos significados trazem consigo o sentido de contestação da ordem social, política e territorial vigentes. Assim, enquanto o conceito de espaço é concebido, por vezes, como “arranjo espacial” imposto pelos agentes dominantes e como ordenamento territorial necessário ao funcionamento do regime de acumulação hegemônico, os “contraespaços” (produzidos a cada fase da formação espacial brasileira) correspondem às formas de apropriação do território e as práticas espaciais produzidas pelos agentes excluídos, ou que não se subordinaram a racionalidade dominante, poderíamos dizer. Neste sentido, constituir-se-iam em exemplos históricos de movimentos que assumiram caracteres “subversivos”, porque impuseram resistências a ordem dominante, o Quilombo dos Palmares e os levantes da Confederação dos Tamoios, dos Cabanos, do Contestado, entre outros.

Para Moreira, hoje “são várias as formas como estes [contraespaços] se expressam”, muitas das vezes buscando a “(...) defesa dos modos de sociabilidade até então preservados nos velhos nichos de assentamento (...)”, de onde determinados grupos sociais são removidos “(...) a contrapelo da espacialidade das grandes empresas, agora fomentadas na marcha expansiva da acumulação rentista”. Contemporaneamente os contraespaços assumem distintas feições, sendo que no campo, podem ser apreendidos através das “(...) movimentações das comunidades que aparecem barrando o caminho expansivo da intervenção territorial do agronegócio”, e nas cidades, através das “(...) formas emergentes de economia popular, ora designadas de economia dos setores populares e ora de economia solidária, voltadas ao estabelecimento de uma

modalidade autogestionária de economia, controlada pelos de baixo” (p. 24). Desse modo, trabalhados conjuntamente e em associação, as noções de espaço e contraespaço, tal como propostas por Moreira, se apresentam como um caminho analítico possível para se apreender a dialética e as contradições presentes no processo de produção do espaço brasileiro.

Temas específicos relativos à formação espacial brasileira contemplados na obra.

Ao longo da sua obra Rui Moreira aprofunda o debate sobre diferentes assuntos que auxiliam a elucidação do processo de formação do espaço da sociedade brasileira. Dentre eles, um grande eixo de discussão que mobiliza a atenção do autor em diversos artigos é aquele referente à *constituição do sistema agromercantil exportador, a edificação da estrutura fundiária, a organização das relações sociais de produção no campo*, além das questões relativas à *relação campo-cidade, à modernização conservadora e à realização da reforma agrária no Brasil*¹⁶.

Reconhecendo o papel reitor desempenhado pelo sistema agroexportador no processo de formação da sociedade e do espaço brasileiro, Moreira ressalta que a base de funcionamento do empreendimento colonial esteve assentada na implantação e manutenção de um tripé, definido pela escravatura, o latifúndio e a monocultura. Sendo a rentabilidade do empreendimento colonial o objetivo maior que orientou o processo de ocupação e exploração econômica do espaço brasileiro, as restrições ao acesso à terra e o controle cativo sobre a força de trabalho constituíram-se em estratégias básicas adotadas inicialmente pelo poder metropolitano (e após a independência, pelo poder Imperial) para a viabilização da grande empresa agroexportadora. Conforme o autor, enquanto o monopólio da propriedade fundiária objetivava “barrar o acesso à terra a população não escrava” e assegurar um potencial disponível de mão-de-obra, garantindo ainda o “caráter monocultor” e expansivo da grande lavoura, a instituição da escravatura permitia ao escravocrata, por meio do uso do poder que a ele era conferido, “o controle da terra” e dispor de forma exclusiva dos “benefícios oriundos dos centros de decisão da colônia”. Apoiado em Celso Furtado, afirma Moreira que “sendo a terra um fator de produção abundante e a mão de obra um fator escasso, residiu no controle deste último a base do prestígio e do poder da grande empresa (...)” agromercantil (p. 33-34).

Configurando-se numa verdadeira estrutura de ordenamento social e territorial montado em função do sucesso do empreendimento agroexportador, deve-se também reconhecer que o modelo de sistema agrícola implantado no Brasil foi, todavia, composto de dois subsetores que encontravam-se estreitamente articulados: “a grande empresa agromercantil e a pequena lavoura de subsistência”. Conforme destaca Moreira “as formas de articulação entre estes subsetores e as formas adquiridas pela pequena lavoura de subsistência ao longo do nosso processo histórico têm variado, mas o subsetor de subsistência cumpre sempre um papel ancilar da grande empresa agromercantil (...)” (p. 33). Localizadas frequentemente em terras de domínio da grande lavoura (às suas margens e/ou em áreas não valorizadas pelos grandes empreendimentos agromercantis), as pequenas produções de subsistência sempre tiveram o papel de garantir o abastecimento de alimento da grande empresa agrícola e dos centros urbanos locais, ao passo, também, que constituíram-se historicamente numa forma de atribuição dos “custos com a reprodução da força de trabalho” aos próprio trabalhadores, encarregados de realizar tal produção de subsistência.

Desse modo a pequena lavoura – ao se manter diretamente subordinada a grande empresa agromercantil e constituir-se a um só tempo em repositório de força de trabalho, fonte

¹⁶ “O setor agrícola e a acumulação urbano-industrial no Brasil”, p. 29-42 (1978); “Espaço agrário e classes sociais rurais na sociedade brasileira”, p. 43-59 (1980); “A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil”, p. 99-133 (1988); “A relação campo-cidade e os eixos nada ocultos da produção e organização do espaço brasileiro”, p. 143-155 (1984). “O Plano nacional da reforma agrária em questão”, p. 175-215 (1986).

de suprimento interno de alimentos, e representando ainda um estoque de terras de possível utilização pela grande propriedade conforme as necessidades de expansão da lavoura – sempre ocupou então papel vital no processo geral de acumulação capitalista praticado na formação social brasileira. Da mesma forma, a implantação e a perpetuação do sistema mercantil agroexportador foi também responsável pela caracterização da forma de organização do espaço agrário brasileiro – definido, grosso modo, pelo padrão “latifúndio-minifúndio” - que, ainda que apresente variações regionais, foi preservado como traço fundamental da estrutura fundiária e agrícola brasileira mesmo após o fim da escravidão, em função da própria manutenção da propriedade monopolista da terra. Desse modo é que preservando intacta a estrutura fundiária e mantendo a força de trabalho “livre” – “mas despojada de terras” - novas relações de trabalho no campo foram também constituídas e fortalecidas, tais como: o colonato, a agregagem, a parceria, o arrendamento e o trabalho assalariado (incluindo-se aí os trabalhadores safristas e bóias-frias), todas estas relações de trabalho reveladoras de formas reiteradas de subordinação do trabalhador rural aos proprietários fundiários; em outras palavras, relações que garantiram a grande empresa agrícola e, posteriormente, ao setor urbano-industrial, realizar altos níveis de exploração da força de trabalho rural e alcançar sempre elevadas taxas de acumulação.

Todavia, com o avanço do modelo de desenvolvimento urbano-industrial implantado a partir de meados do século XX novas funções foram impostas ao campo no quadro da divisão territorial do trabalho, assim como novos papéis foram atribuídos à agricultura na dinâmica geral de reprodução e acumulação capitalista no Brasil. Enquanto a modernização das bases técnicas de produção do campo foi responsável por assegurar ganhos de produtividade e liberar os contingentes de força de trabalho necessários para participar do processo de “urbano-industrialização” - contribuindo ainda decisivamente para o rebaixamento dos níveis dos salários urbanos em função da migração da massa de trabalhadores do campo para as cidades - os baixos preços da mão de obra rural e a “superioridade da oferta de produtos agrícolas” asseguraram a transferência de renda do campo para a cidade devido a persistente deterioração das relações de troca sempre favoráveis ao setor urbano-industrial. Assim é que, conforme assinalou Moreira, “(...) de dominante o setor agrícola gradativamente se desloca para constituir-se em retaguarda do desenvolvimento urbano-industrial, atuando como uma de suas fontes de acumulação principais” (p. 36).

A sujeição da formação social brasileira ao avanço do arranjo capitalista e a nova economia política do território que a partir daí se pratica, demonstraram o aprofundamento e a redefinição das relações entre o campo e a cidade, a agricultura e a indústria, de modo a evidenciar a consolidação de duas situações: de um lado, os interesses dos grupos urbano-industriais tornaram-se frequentemente hegemônicos frente aqueles atrelados ao antigo setor agroexportador, de outro, estabelecesse a definitiva “transferência do centro geográfico da acumulação capitalista do campo para a cidade” (p. 55). Entretanto, a inserção de novas bases técnicas e novas relações de produção promoveram apenas um processo de modernização parcial do campo, haja vista que a sua adaptação ao novo padrão de acumulação implantado no Brasil deu-se de maneira seletiva e associado à reprodução de velhas estruturas agrárias, dentre as quais: a perpetuação do monopólio fundiário, a manutenção do caráter ancilar da pequena propriedade agrícola e o aprofundamento da proletarização do campesinato.

Neste processo, o papel desempenhado previamente pela implementação do Estatuto da Terra (1964) – submetendo o regime de propriedade fundiária ao exercício da função produtiva da terra – foi emblemático e crucial enquanto instrumento legal de indução à modernização do campo e viabilização da atuação do grande capital monopolista na agricultura; produzindo de tal modo as condições formais para a subordinação do campo aos mecanismos de acumulação comandados pelos grupos urbano-industriais. A necessidade posta de atualização do padrão agrário brasileiro conforme os reclames da fase avançada do capitalismo, levaram o Estado (em

associação com os interesses da classe empresarial) a promover esforços institucionais, financeiros e tecnológicos visando a substituição da forma atrasada do uso da terra (marcada pelo padrão latifúndio-minifúndio e pela baixa produtividade agrícola) pela moderna empresa rural capitalista, oferecendo, todavia, a grande propriedade fundiária a possibilidade de modernizar-se e reproduzir-se pelo território brasileiro, na medida em que essa se adequasse aos parâmetros de funcionalidade exigidos.

Desse modo, operou-se no campo brasileiro uma modernização sem transformação da estrutura agrária, ou ainda, tal como convencionou denominar o pensamento social crítico, realizou-se uma “modernização conservadora”, haja vista a incorporação das novas forças produtivas pela grande empresa agrícola moderna ter ocorrido juntamente com a preservação da propriedade monopolista da terra. Concomitantemente, promoveu-se ainda a ascensão de uma nova burguesia agrária empresarial ao passo em que “indústria e agricultura fundem-se entre si num mesmo complexo empresarial e produtivo levando o campo e a cidade a entrar na era do *agrobusiness*” (p. 130).

Diante deste quadro de conformação do “moderno” campo brasileiro, e face ao modelo de reforma agrária proposto pelo Governo Federal nos anos 1980 – um programa deliberadamente fundado na promoção e reforço da economia de mercado (ao ter como meta a consolidação da empresa rural) e diminuição das tensões sociais nas áreas valorizadas pela agropecuária moderna (através da realocação da população rural “excedente” para as áreas de fronteira) - Rui afirma que só a radicalidade do confisco de terras (um ação que não se limitasse apenas ao confisco de terras improdutivas e via indenização) seria capaz de “ferir de morte o sistema latifundiário”, quebrar “a espinha do poder monopolista” e, assim, frear “as tendências de desaparecimento estrutural do campesinato que a modernização do monopolismo traz consigo” (p. 131-132).

**

O processo de industrialização, as transformações da divisão territorial do trabalho e a constituição de hierarquias regionais¹⁷ ganharam também relevo no exercício analítico proposto por Moreira para explicar as reconfigurações do espaço brasileiro. Para o autor, a evolução da divisão territorial do trabalho no Brasil pode ser apreendida basicamente através da sucessão de “quatro fases”, as quais evidenciariam um processo contínuo de “diferenciação regional e integração produtiva do espaço nacional”. Em suma, poder-se-ia observar que de uma “estrutura produtiva espacialmente dispersa e estruturalmente indiferenciada” vigente no período de 1880 a 1920 - em que predominavam a indústria doméstica de bens de consumo não duráveis, muito dependente dos mercados, matérias-primas e capitais locais - o parque industrial brasileiro a partir da segunda década do século XX inicia uma intensa expansão, como efeito direto das duas grandes guerras e a crise de 1929 que prejudicaram as exportações brasileiras e a importação de manufaturas. Ainda que no período de 1920 a 1950 a indústria brasileira já tivesse demonstrado uma tendência à concentração geográfica, e estados como o Rio de Janeiro e São Paulo apresentassem uma “estrutura industrial ligeiramente mais diversificada que os demais” (p.255), foi somente entre 1950 e 1970 que o parque industrial brasileiro passou a apresentar uma “estrutura regionalmente diferenciada”. Foram os setores de bens de capital, bens intermediários, bens de consumo duráveis e de infraestruturas de energia, transportes e comunicação, instalados sobretudo no Sudeste, que conferiram a esta região uma estrutura industrial de natureza específica em relação ao restante do país, permitindo a ela gozar de uma posição mais vantajosa no comércio inter-regional e exercer domínio sobre o conjunto do economia nacional.

¹⁷ “Do espaço da mais valia absoluta ao espaço da mais valia relativa: os ordenamentos da geografia operária no Brasil”, p. 157-174 (2011); “A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de reconfiguração do espaço brasileiro”, p. 249-279 (2004).

Trata-se da instalação, naquele momento, de um novo sistema de relações regionais construído a partir de uma nova composição e organização espacial da indústria no Brasil. Enquanto a região Sudeste, e especialmente o estado de São Paulo, consolidou sua função de principal pólo industrial na divisão territorial do trabalho assentada, as demais regiões, especialmente o Nordeste e o Sul, passaram a vivenciar um verdadeiro processo “agrarização por desindustrialização” conforme denominou Moreira, valendo-se de ideia síntese formulada por Francisco de Oliveira. Isto é, presenciaram uma perda rápida de sua “substância industrial” ampliando-se, ao mesmo tempo, a representatividade da agropecuária no conjunto da economia daquelas regiões, algo explicado em função da própria natureza das trocas comerciais que o Nordeste e o Sul estabeleceram com o Sudeste; região da qual dependiam para vender produtos primários e comprar, sobretudo, produtos industrializados. Neste mesmo processo, conforme assinala Rui, o Centro-Oeste e o Norte do país são incorporados a “divisão inter-regional do trabalho como típicas fronteiras de expansão agropastoril de São Paulo” (p. 259).

Todavia, a partir dos anos 1970, inicia-se a atual fase de organização da atividade industrial no espaço brasileiro, a qual foi definida por Moreira como “arranjo industrial desconcentrado-centralizado” (250), podendo ainda ser denominada de fase da consecução da “reestruturação industrial”. Esta é inicialmente marcada por um processo contínuo de desconcentração da agricultura moderna e da atividade industrial através de políticas fomentadas pelo Estado brasileiro, especialmente através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento I, II e III, que dentre seus objetivos oficiais tiveram o intuito de impulsionar o “ritmo de desenvolvimento brasileiro” (p. 260), então prejudicado, segundo o autor, pelos efeitos negativos gerados pela excessiva concentração da atividade industrial na região metropolitana de São Paulo (conflitos sociais, aumento dos custos de produção, redução de produtividade). Associado a ideologia do “Brasil Grande” uma série de pólos de indústrias de base e bens intermediários são instalados na “periferia” do território nacional, e um conjunto de outras atividades industriais migra da metrópole paulista para o interior do estado, assim como para estados vizinhos a São Paulo.

Deste modo, revela-se uma “redistribuição regional e recuperação industrial dos demais estados do país” (p. 261), processo este que é apreendido através, basicamente, dos seguintes movimentos: a) verifica-se um processo de “desindustrialização” da região metropolitana de São Paulo, expresso através da emigração de indústrias e da relativa queda da participação da metrópole no emprego e no valor da produção industrial estadual; b) configura-se um “triângulo industrial do Sudeste” (envolvendo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), espaço mais diretamente favorecido pela desconcentração associada à nova dinâmica de instalação da indústria; c) ocorre uma “reindustrialização” dos demais estados e regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-oeste e Sul) que, com as políticas e estratégias oficiais implantadas, passaram a ter uma maior participação relativa no emprego e na produção industrial nacional. Todavia, como bem salienta Moreira, “pouco compensa que o que perde por desconcentração física, São Paulo ganhe na contramão com a concentração das sedes dos estabelecimentos transferidos. Se os estabelecimentos se dispersam pelo todo nacional, as sedes se aglomeram *in totum* na velha metrópole, numa combinação aparentemente de equilíbrio de desconcentração e centralização de domínio do espaço brasileiro” (p. 277).

O resultado do rearranjo espacial da produção industrial e agropecuária brasileira, bem como da regulação privada do território que se estabelece a partir dos anos 1990 é, conforme o autor, uma nova divisão territorial do trabalho e das trocas expressa na configuração de quatro regiões, sendo assim definidas: *a região do polígono industrial*: compreendida pelos estados do Sul, além de São Paulo, Rio de Janeiro, partes de Minas Gerais e Espírito Santo, espaço caracterizado, de modo geral, pela intensa urbanização (associada à disseminação/interiorização da indústria) a presença de relevantes “aglomerações industriais”,

sobretudo nos ramos de bens de capital e de consumo duráveis (indústrias intensivas em tecnologia) e que se insere, fortemente, no comércio internacional, sobretudo no âmbito do Mercosul; a *região do complexo agroindustrial*: formada pela modernização da agricultura e a instalação de agroindústrias no planalto central brasileiro (sobretudo na região dos cerrados), e cuja produção agrícola, fortemente orientada à exportação, encontra-se ligada tanto a indústria de insumos e beneficiamento, como também ao setor de serviços e ao setor quaternário da economia (serviços de biotecnologia, informática, etc.), caracterizando-se assim como uma região onde desenvolve-se uma agricultura capitalista, moderna e extravertida; a *região da agroindústria de fruticultura irrigada, da indústria de não duráveis e dos pólos minero-industriais*: que estendendo-se, de modo geral, do litoral ao sertão nordestinos (incluindo-se também o norte de Minas e excluindo-se a área dos cerrados), e seria caracterizada como um espaço diversificado, onde a tradicional agropecuária nordestina, juntamente com suas velhas elites (“antes hegemônicas”) por vezes atrelam-se a lógica da agroindústria da fruticultura irrigada e convivem com um parque industrial de bens intermediários (impulsionados pela União) e de bens de consumo duráveis (atraídos pelos incentivos fiscais), revelando a coexistência e a articulação entre estruturas econômicas e espaciais velhas e novas; e, a *região da fronteira biotecnológica*: que, estendendo-se por quase toda área correspondente ao bioma amazônico (incluindo, também parte do Maranhão e excluindo-se o sul da Amazônia), define-se como alvo de inúmeros projetos de colonização agropecuária, instalação de usinas hidrelétricas e pólos siderúrgicos-minerais, caracterizando-se assim como uma “fronteira ao mesmo tempo agrícola, mineral e energética”. Além disso, com o atual processo de valorização da natureza empreendido pelo discurso conservacionista e o significado atribuído aos recursos naturais, enquanto reserva de valor para realização presente e futura, a região consolida-se também como “importante fronteira bio(tecno)lógica do planeta”, em função da extensão e diversidade dos recursos naturais que guarda e das possibilidades de manipulação desses oferecidas pelas técnicas da engenharia genética empregadas na indústria moderna.

Para Moreira, deve-se ainda acrescentar que “diante da privatização das empresas estatais e da reforma que esvaziou o papel regulador espacial do Estado” desde os anos 1990, o território brasileiro é atualmente “fatiado na autonomia dos recortes e da política setorial das grandes empresas privadas”, de modo a dissolver a “unidade histórica do espaço nacional” e as frações do território se moverem como “recortes autônomos de gestão privada” (p. 276-277).

Outra reflexão específica proposta por Moreira em seu escritos se refere aquilo que denomina de “*geografia operária*”¹⁸. Para o autor, juntamente com a *geografia industrial* produz-se uma geografia da classe trabalhadora, cuja forma está tanto ligada a dinâmica de organização espacial da atividade industrial, como também ao modelo de regulação política empreendida no território brasileiro. Desse modo, se num primeiro instante a geografia operária era, junto com a indústria, dispersa pelo território brasileiro (sendo também uma expressão do “espaço molecular”, na medida em que a indústria exercia uma função apenas ancilar dentro do sistema plantacionista), num segundo momento - que se segue a unificação do espaço nacional dos anos 1950 - assume uma feição espacialmente concentrada atribuindo também a classe trabalhadora um perfil essencialmente urbano-industrial, tendo em vista o intenso processo de polarização industrial sucedido no Sudeste e o fenômeno generalizado de urbanização ocorrido no país.

Mais adiante, com os processos de reestruturação espacial da indústria iniciados a partir dos anos 1970 e as estratégias e propósitos contidos nas reformas neoliberais que se seguem

¹⁸ “Do espaço da mais valia absoluta ao espaço da mais valia relativa: os ordenamentos da geografia operária no Brasil”, p. 157-174 (2011); “Ascensão e crise de um paradigma disciplinar: o espaço do complexo CSN-Volta Redonda e a sociedade do trabalho no Brasil”, p. 217-248 (2003).

nas décadas seguintes, produz-se uma nova geografia operária que, se por um lado tende a se expressar pela fragilização da força dos trabalhadores - em função da “atomização da classe trabalhadora nos diferentes nichos da nova divisão interindustrial do trabalho” (p. 172) e da forte tendência à redução dos compromissos sociais do Estado e das empresas com o trabalhador - por outro lado, conforme assinala Moreira, tal processo “tende a nacionalizar os conflitos” antes agrupados “num só grande ponto” do território, em razão do caráter desconcentrado que a indústria e a massa operária assumem face o atual arranjo disperso da divisão territorial do trabalho e o caráter unificado que o espaço brasileiro definitivamente assume.

A propósito dos enlaces entre a geografia industrial e geografia operária no Brasil, Moreira analisa um caso emblemático: o modelo cidade-fábrica (*company-town*) representado pela função ordenadora do espaço desempenhada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) junto à cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro. Construída à “imagem e semelhança da usina”, isto é, para ser uma extensão do ambiente disciplinar da fábrica, como interpreta Rui, Volta Redonda se constituiu também num símbolo da sociedade urbano-industrial emergente no Brasil na década de 1940. A ascendência da fábrica sobre a organização e a vida da cidade deu-se tanto pelo papel provedor de serviços básicos por ela realizada (com a oferta de moradia, infraestruturas de abastecimento e saneamento básico, juntamente com a construção de hospitais e escolas para os seus trabalhadores) - típico das cidades fundadas para servir a uma dada empresa e/ou produção – como também pelo papel dinamizador da vida econômica local e regional realizado pela companhia, tendo em vista as dezenas de empresas fornecedoras de bens a ela ligada e o vasto setor de serviços instalado na cidade de Volta Redonda atraído “pelo poder aquisitivo da massa metalúrgica” (p. 227).

Tal modelo de desenvolvimento urbano-industrial representado pelo complexo CSN-Volta Redonda esteve assentado numa ideologia do progresso e na busca pela constituição de uma sociedade moderna no Brasil. Contudo, ao final dos anos 1950 ele passa a dar sinais de esgotamento, produzindo efeitos diretos sobre a histórica e orgânica relação da “fábrica, com a cidade e seu operariado”. Com a queda da produtividade da usina e a série de mudanças técnicas e organizacionais que se seguiram desde os anos 1960; mudanças essas que visavam a modernização da produção, o aperfeiçoamento da gestão das operações fabris e a redefinição dos parâmetros de valorização dos trabalhadores (priorizando a formação técnica ante a experiência adquirida no exercício do ofício) rompeu-se o “relativo equilíbrio da relação capital-trabalho” (p. 228) até então vigente, à medida que se instituiu significativas diferenças entre os grupos de trabalhadores no interior da fábrica, criando, por conseguinte, uma crescente insatisfação dos trabalhadores com o moderno modelo de administração implantado, afirma Moreira.

Conforme o Rui, aqueles acontecimentos contribuíram para a eclosão de uma série de greves operárias em Volta Redonda a partir dos anos 1980, sinalizando assim a desconstrução da ideologia da “família siderúrgica” e evidenciando a crise do modelo de desenvolvimento cidade-fábrica ali instituído. Seguindo esta tendência, os anos 1990 foram também marcantes, pois evidenciaram a quebra do pacto social da CSN com a cidade de Volta Redonda a partir da privatização da usina e os processos de reestruturação de suas operações que se seguiram. Além do comando da empresa ter migrado para São Paulo, sede do conglomerado privado que passou a controlar a CSN, houve também a redução drástica do seu quadro de funcionários (de modo que em 1997 a empresa contava apenas com a metade do número de empregados que possuía antes de ser privatizada), produzindo uma elevada massa de desempregados e significativos impactos ao comércio e a estabilidade social da cidade; deixando claro que o histórico compromisso da companhia com a cidade do sul fluminense havia definitivamente sido desfeito.

*A constituição do sistema federativo e as questões relativas à cidade e ao urbano*¹⁹ no Brasil mobilizaram também atenção de Rui Moreira. Segundo o autor, no Brasil, o município foi concebido “como unidade-base de organização política-administrativa do Estado do território colonial” (p. 136), ao passo em que a cidade funcionou inicialmente como um verdadeiro “elo da ligação para dentro e para fora da fazenda com a Coroa, na geografia política da Colônia, e ainda nesses termos com o poder central do Império, a cidade vai ser o elo para dentro e para fora da indústria” (p. 140). Para Moreira a cidade no Brasil surge então muito mais como “um elemento estrutural da formação espacial da Colônia” (isto é, um *locus* de operação do capital mercantil e dos aparelhos de dominação da Coroa), do que constituir-se-á propriamente em “um ente de cunho essencialmente econômico” (isto é, um espaço por excelência de reprodução das relações capitalistas de produção) (p. 290), ainda que seu sentido e função na organização do espaço e da vida nacional tenha sido ao longo do tempo alterada, como já se pôde assinalar.

Vale também destacar que a cidade vai constituir-se tradicionalmente em centro de confluência e articulação entre os propósitos do poder central e os interesses das elites agrária e urbana locais, de modo que a análise do seu funcionamento tende a desnudar a própria natureza oligárquica do Estado brasileiro, demonstrando inclusive a frequente dissonância entre os projetos políticos das classes dominantes e os anseios da sociedade civil, ou ainda, exacerbando os próprios limites da representação política popular dentro da estrutura federativa historicamente constituída no país.

Moreira ressalta ainda que apesar de sempre termos observado a presença do fenômeno das cidades no país, o direito ao urbano, visto como o acesso às condições dignas de vida, foi algo cerceado à maior parcela da população cidadina. Para o autor, isso se deve ao fato da cidade no Brasil ser “um fato mais da geografia política do que da geografia urbana”, e o urbano ser essencialmente “uma conquista da revolução popular” (p. 289), logo um fenômeno relacionado às lutas da classe trabalhadora por direitos, ou ainda, à conquista e ao exercício pleno da cidadania, complementaríamos. Como sugere o autor, em nosso país a multiplicação das cidades nas últimas décadas não representou necessariamente a ampliação do seu acesso à população que nela habita, de modo que então, no Brasil, a luta social seria mais “por direito ao urbano que por direito à cidade” (p. 289).

Últimas palavras

Diante do que foi exposto, pôde-se então apreender diversas virtudes apresentadas pela proposta interpretativa da formação espacial brasileira oferecida por Rui Moreira. Dentre elas ressaltamos:

- O estabelecimento de um debate profícuo com autores destacados do pensamento social brasileiro, tais como Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, entre outros; todos esses pensadores com os quais Moreira dialoga, incorporando e compartilhando teses, de modo também a aproximar à geografia do debate fértil acerca da construção do Brasil;

- A obra oferece aos pesquisados das áreas de Geografia, História e Economia do Brasil, bem como ao público em geral, interessante proposta de periodização do processo de formação do Brasil na qual destaca fases e transformações ocorridas, bem como a emergência, em cada um dos diferentes momentos, de novas lógicas e dinâmicas de organização e funcionamento do espaço nacional;

¹⁹ “Federação e federalismo: estrutura e significado no Brasil”, p. 135-142 (2013); “A cidade e o urbano no Brasil”, p. 289-296 (2013).

- Ao mobilizar o conceito de formação econômica e social, Moreira articula a história brasileira ao processo de constituição do capitalismo mundial, permitindo-nos apreender o papel particular atribuído ao Brasil nas sucessivas divisões internacionais do trabalho;

- Ademais, Moreira atribui papel central ao espaço como categoria histórica, isto é, como dimensão social através da qual torna-se possível descrever, mas também compreender e interpretar as lógicas e os sentidos dos processos que determinaram a constituição da formação brasileira, oferecendo desse modo uma perspectiva frequentemente negligenciada nas narrativas que propõem a compreensão do Brasil.

Obra extensa e densa - como não poderia ser diferente diante da grandeza do desafio explicativo sobre a qual versa - “A formação espacial brasileira” apresenta uma proposta de interpretação do Brasil que busca torná-lo compreensível a partir de seus próprios termos, mas também em função da sua forma de inserção no mundo moderno. Diante disso convida-nos a um trabalho intelectual do qual não podemos nos esquivar se quisermos desvendar o “modelo brasileiro”, e caso aspiremos influir na construção do destino do nosso país, intervindo com lucidez sobre a produção de um futuro que desde agora já se anuncia.